

EDITORIAL

O peso da arqueologia preventiva é, hoje, incomensuravelmente superior ao que esta actividade tinha há apenas duas décadas.

Seria reconfortante pensar que essa situação se deve a uma consciencialização da importância do património arqueológico. No entanto, as razões para o incremento da arqueologia preventiva prendem-se mais com as exigências legais do que com o valor atribuído à arqueologia.

Este volume apresenta um conjunto de artigos que se centram na análise e comparação da legislação que enquadra a realização de Estudos de Impacte Ambiental em Portugal e nos países lusófonos.

Se no caso de Angola se conclui que, apesar da existência de legislação, a sua implementação ainda se encontra numa fase incipiente, não podemos deixar de registar esse esforço de regulamentação num país que se encontra numa fase de crescimento económico e onde a construção de grandes infra-estruturas capazes de afectar o registo arqueológico é, por força da história, relativamente recente.

Em contraste, a situação no Brasil é, como se pode verificar, em dois artigos distintos, bastante diferente, estando mais estabilizado o papel da arqueologia nos estudos de impacto e sendo atribuído um grau de exigência nas medidas compensatórias previstas na legislação brasileira, que ultrapassa o nível com que temos de nos defrontar.

As diferenças e semelhanças no papel da arqueologia preventiva em Portugal e no Brasil ficam aqui espelhadas no artigo que reúne autores dos dois lados do atlântico e serve de síntese ao debate promovido no XV Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia.

Saindo do espaço lusófono encontramos uma reflexão sobre a arqueologia preventiva na Polónia que nos permite conhecer a realidade de um país com um background completamente diferente do nosso.

Resultam do Workshop Critérios de Avaliação de Impactes sobre o Património que decorreu em Évora, no ano de 2007, dois artigos, um primeiro que procura estabelecer, de forma pioneira na bibliografia nacional, critérios objectivos para a quantificação do valor patrimonial dos testemunhos arqueológicos e, um outro, que fixa o documento de trabalho que a APA disponibilizou à comunidade arqueológica para servir de referência metodológica nos descritores de arqueologia dos Estudos de Impacte Ambiental.

Os dois últimos artigos afastam-se deste tema fazendo a ponte com o número anterior – a segunda parte do artigo sobre o talhe de pedra em Portugal – e com o próximo, ao aflorar a questão da segurança no trabalho em arqueologia.

Esperamos que este conjunto de artigos suscite o interesse, não só dos associados, mas também, de todos os que exercem a profissão.

